

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO COMO EIXO INTEGRADOR DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (1935-1939)

THE EDUCATION SCHOOL AS NA INTEGRATING AXIS OF THE UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL (1935-1939)

Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ



Faculdade de
Educação

Faced | Ufam

Resumo

Este estudo investiga o primeiro espaço institucional na cidade do Rio de Janeiro para formar professores de todos os níveis de ensino em cursos superiores universitários: a Universidade do Distrito Federal, que, apesar da breve existência (1935-1939), teve o propósito de formar docentes qualificados para atuar na rede escolar da capital do país. A realização dessa proposta contou com a experiência do educador Anísio Teixeira à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1931-35), cuja atuação representou a tentativa de viabilizar um ambicioso projeto educacional, verdadeiro sistema autônomo, público e integral de ensino que abarcasse da escola primária à universidade. O eixo de tal projeto materializou-se com a criação de uma Escola de Educação que procurava integrar as diversas dimensões da formação docente, articulando teoria e prática. Porém, o encerramento dessa experiência em 1939 determinou o retorno da formação dos professores primários no curso do Instituto de Educação e escolas normais, em nível secundário, enquanto os professores secundários adquiriram formação específica efetuada em quatro anos na Faculdade Nacional de Filosofia, sendo os três primeiros inteiramente dedicados aos estudos específicos, acrescidos de um quarto ano de complementação pedagógica, ministrada pelo Departamento de Didática. Tal modelo, conhecido como esquema 3 + 1, tornou-se a matriz hegemônica dos cursos que formaram docentes para a escola secundária.

Palavras-chave: Universidade do Distrito Federal; Escola de Educação; Formação de Professores.

¹ Professora de Educação Brasileira e História da Educação do PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade - PROEDES/FE/UFRJ (2011 - 2016). Doutora em Educação Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9688-4087>. E-mail: smclopes@gmail.com.



Abstract

This study investigates the first institutional space in the city of Rio de Janeiro to train teachers of all levels of education in university courses: the Universidade do Distrito Federal, which, despite its brief existence (1935-1939), had the purpose of training qualified teachers to work in the schools of the country's capital. The realization of this proposal was based on the experience of the educator Anísio Teixeira, General Director of Public Instruction of the Federal District (1931-35), whose performance represented the attempt to enable an ambitious educational Project, a true autonomous, public and integral teaching system from primary school to university. The axis of such project materialized with the creation of an Education School that sought to integrate the different dimensions of teacher education, articulating theory and practice. However, the end of this experience in 1939 determined the return of the training of primary-level teachers to Education Institute (Instituto de Educação) courses and to normal schools, at secondary level, while secondary-level teachers acquired specific training carried out in four years at the National Faculty of Philosophy (Faculdade Nacional de Filosofia), the first three being entirely dedicated to specific studies, plus a fourth year of pedagogical complementation, taught by the Didactics Department. This model, known as the 3+1 scheme, became the hegemonic matrix of the courses that trained teachers for the secondary school.

Key words: Universidade do Distrito Federal; Education School; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Partindo-se da realidade atual no que se refere às políticas de formação docente, observa-se que, embora o ideário da reforma em curso atribua ao professor um protagonismo central, há pouca preocupação com a qualidade de sua formação. As instâncias tradicionais – curso normal médio, curso de pedagogia e licenciaturas em nível superior – foram, em determinado momento, consideradas inadequadas, sob a alegação de que deixavam lacunas na formação do magistério.

A Lei de Diretrizes e Bases vigente (Lei nº 9.394/1996) introduziu um novo espaço não-universitário para promover a formação de professores: os Institutos Superiores de Educação (ISEs), proposta, aliás, bastante criticada pela comunidade acadêmica, sob a justificativa de que essa medida acarretaria prejuízos aos futuros professores por privá-los da pesquisa e da produção do conhecimento, rompendo com a visão orgânica da





formação docente (SCHEIBE; AGUIAR, 1999). Atualmente, os ISEs encontram-se em franca extinção, uma vez que vêm sendo, progressivamente, transformados em Faculdades de Pedagogia, ainda que nem sempre incorporadas ao projeto universitário.

Mas é fato que mesmo as universidades brasileiras, principalmente nas últimas décadas, vêm encontrando dificuldades para solucionar a complexa questão da formação docente. Os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas, de modo geral, desfrutam de baixo prestígio no meio acadêmico, tornando-se, por vezes, uma das poucas opções de ingresso no ensino superior para estudantes menos preparados.

Diante dessa realidade, este estudo procura investigar o primeiro espaço institucional criado na cidade do Rio de Janeiro para formar professores de todos os níveis de ensino em cursos superiores universitários: a Universidade do Distrito Federal, que, apesar da breve existência (1935-1939), teve o propósito de formar docentes qualificados para atuar na rede escolar da capital do país.

Para a consecução dessa proposta, destaca-se a presença do educador Anísio Teixeira à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1931-35), cuja atuação representou a tentativa de viabilizar um ambicioso projeto educacional, verdadeiro sistema autônomo, público e integral de ensino que abarcasse da escola primária à universidade.

A centralidade de seu projeto consistia em preparar uma geração de professores adaptados às novas tendências pedagógicas que, ao mesmo tempo, pudessem dar conta da demanda por uma educação mais sintonizada com as transformações por que vinha passando a sociedade brasileira.

Em consequência, um de seus primeiros atos foi viabilizar a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação – unidade educacional composta por uma *escola secundária* nos moldes da reforma implementada pelo ministro Francisco Campos, uma *Escola de Professores*, em nível superior, além dos campos de aplicação para as práticas docentes: a *escola primária* e a *pré-*





escola. O Instituto de Educação do Distrito Federal seria o centro responsável pela formação e aperfeiçoamento dos profissionais que deveriam reger as classes de alunos da rede educacional da cidade, enquanto sua *Escola de Professores* constituiu-se na primeira tentativa, no Brasil, de formar os antigos *professores primários* em curso superior.

Se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, pode ser considerado, sob a perspectiva liberal, a expressão mais acabada da crença no poder transformador da educação – ganhando inclusive estatuto de marco inaugural da renovação educacional no Brasil –, a administração de Anísio Teixeira parece ter sido a tentativa mais expressiva de colocar em prática as principais diretrizes do Manifesto, sobretudo no que se refere ao magistério, que deveria “formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades” (AZEVEDO, 1932 *apud* XAVIER, 2002, p. 107).

Com a criação da UDF, em 1935, o Instituto de Educação foi a ela incorporado e sua Escola de Professores passou a denominar-se Escola de Educação, com a específica atribuição de não formar apenas os professores para a escola primária, mas também promover a formação pedagógica dos professores secundários que fariam os estudos especializados nas demais escolas dessa Universidade. Dispondo de prédio próprio e de estrutura administrativa, o Instituto de Educação tornou-se a sede principal da nova Universidade.

Para a execução da pesquisa sobre a UDF, além da documentação existente no PROEDES/UFRJ e no CPDOC/FGV, acervos bastante explorados pela produção historiográfica que se constituiu acerca da temática (PAIM, 1981, 1982; SCHWARTZMAN, 1982; FÁVERO, 1996, 1998, 2004; MENDONÇA, 2002), nosso esforço consistiu em mapear o conjunto de fontes localizadas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, espaço onde funcionou





efetivamente a Escola de Educação da UDF. Esse trabalho visa inicialmente caracterizar o rico acervo documental encontrado no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, para, num segundo momento, examinar o modelo de formação docente instituído pela Escola de Educação da UDF.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO: EIXO INTEGRADOR DO PROJETO UNIVERSITÁRIO

A Universidade do Distrito Federal compunha-se dos seguintes institutos ou escolas: a) Escola de Educação; b) Escola de Ciências; c) Escola de Economia e Direito; d) Escola de Filosofia e Letras; e) Instituto de Artes; f) instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural².

Dentre esses institutos e escolas, o único preexistente era o Instituto de Educação, em cujo prédio se instalou a Escola de Educação e a Reitoria da UDF, enquanto os demais foram precariamente instalados em salas emprestadas de várias instituições.

Além de pretender tornar-se um centro de documentação e pesquisa pedagógica, a Escola de Educação tinha como principal finalidade ministrar os seguintes cursos para o magistério: Formação de professores primários, Professores primários especializados em Desenho e Artes Industriais, Formação de professores secundários, Professores secundários especializados em Desenho e Artes, Professores secundários de Música e Canto Orfeônico.

Propunha-se ainda formar técnicos e profissionais da educação em cursos de administração e orientação escolar, como também cursos de extensão e continuação para professores (ARTIGO 3º DAS INSTRUÇÕES Nº 1, 1935).

² Esta estrutura foi dada pelo Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935. Após a reorganização da UDF (Decreto Municipal nº 6.215, de 21 de maio de 1938), as *escolas* passam a se denominar *faculdades*: Faculdade de Ciências, Faculdade de Educação, Faculdade de Política e Economia, Faculdade de Filosofia e Letras.





Nos limites do presente texto trataremos, particularmente, da formação dos professores primários e secundários.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PRIMÁRIO

O curso de formação de *professores primários* tinha a duração de dois anos, com organização trimestral. No primeiro ano eram estudadas as disciplinas que compunham os *Fundamentos Científicos da Educação*, enquanto no segundo efetuava-se a *aplicação*.

Para unir a parte teórica à parte essencialmente prática do ensino, havia os *estudos de caráter intermediário*, mediante os quais se estabelecia um confronto entre os princípios da teoria e os problemas da prática.

Como cada ano letivo abrangia três períodos, no 1º ano cursava-se intensivamente: a) *Biologia Educacional*; b) *Psicologia Educacional*; c) *Sociologia Educacional*. Simultaneamente, por todo o curso, estendia-se o curso de *História da Educação*, além dos cursos de *Artes*, *Música* e *Educação Física*. Era ministrada, ainda no 1º ano, uma disciplina denominada *Introdução ao Ensino*, apresentando um panorama geral das questões a serem estudadas, nas quais se destacavam as funções da escola e as competências do professor.

O 2º ano, de aplicação, tinha como destaque maior a *Prática de Ensino*, desenvolvida em três fases: observação, participação e direção de classe. Mais da metade da carga horária semanal era dedicada à prática, e todas as demais matérias a ela se articulavam. Os *estudos intermediários*, iniciados no ano anterior, tornavam-se intensivos no 1º trimestre do 2º ano, e ao final os alunos eram levados aos debates das questões propostas pelo curso de *Filosofia da Educação*.

Os chamados *estudos intermediários* compreendiam a seção de *Matérias de Ensino*. Tratava-se, na prática, de uma adaptação dos *conhecimentos sob o ponto de vista do ensino*, peculiar aos TeachersColleges norte-americanos e que não se confundiam com





didática ou metodologia. Estudava-se individualmente e com professores especializados: cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, Ciências Naturais e Estudos Sociais (LOURENÇO FILHO, 1934).

A importância dispensada às *matérias de ensino* na matriz curricular do curso de formação dos professores primários traduzia-se como produto das reflexões de Anísio Teixeira à luz do pensamento de John Dewey, para quem o material básico de estudo não poderia ser colhido de maneira acidental e desordenada, e sim da experiência atual do aluno, onde residem as fontes dos problemas a serem investigados (DEWEY, 1971 apud CUNHA, 1998). Partindo desse princípio, Anísio justificava a inclusão dessas matérias no currículo:

As matérias não devem ser ensinadas com o caráter do ensino de nível secundário, nem com o caráter especializado do ensino de nível superior ou universitário. São ensinados do ponto de vista da profissão do magistério. Se o grau do magistério é o primário, os cursos de matérias serão cursos especiais em que se ministre o conhecimento da matéria apropriada às crianças da escola primária, e o conhecimento das dificuldades dessas crianças em aprendê-la, dos métodos especiais de organizá-la, dosá-la e distribuí-la para o ensino e, sempre que possível, da história do seu desenvolvimento e da sua função na educação da infância. (TEIXEIRA, 1934, p.7).

Era fundamental para Anísio que as *matérias de ensino* partissem de questões propostas pelos programas da escola primária, que, por sua vez, deveriam ser construídos tendo em vista o crescimento da criança e a realidade da vida social. Segundo o educador, fazia-se necessário “vincular o programa ao estudo científico da sociedade, lembrar que a escola é um instrumento consciente de aperfeiçoamento social, mudar os conceitos de aprender e de matérias de ensino do programa” (TEIXEIRA, s.d. a).

Essas sugestões serviam para todas as escolas do Instituto e pautavam-se nos pressupostos de Dewey e Kilpatrick, incorporados por Anísio em um pequeno texto que seria mais tarde desenvolvido





na sua *Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação*³.

Em documento incompleto, intitulado *Alguns aspectos da teoria de Dewey*, Anísio observava que “a aprendizagem é intrínseca à vida, funcionando no seu lugar real, no próprio processo de viver” (TEIXEIRA, s.d.b), enquanto a aprendizagem escolar é geralmente extrínseca à vida, sem relação com ela.

A escola seria a instituição pela qual a sociedade transmite à criança a experiência adulta, e para que os resultados educacionais sejam seguros e completos, é preciso que haja, por parte do aluno, interesse em aprender, a fim de que a nova atividade seja articulada à sua personalidade, que, por sua vez, induzirá e orientará seus esforços para desenvolver novas atividades.

A aprendizagem reside, portanto, na *reconstrução da experiência* que se opera através deste processo. “O saber acumulado da espécie humana estimula, pois, a aprendizagem e fornece os meios e os modelos pelos quais se pode vir a adquiri-la” (IDEM).

A teoria defendida por Anísio tem como ponto de partida a experiência acumulada pela humanidade. Ele observa que essa experiência deveria ser adquirida exclusivamente pela atividade espontânea da criança, ainda que orientada, guiada e estimulada pelo professor.

Criticando o saber transmitido pela escola tradicional, qualifica-o de livresco, duvidoso e tão isolado da vida que “não seria exagerado repetir que é antes mais prejudicial do que útil” (IDEM). Nas escolas novas, o currículo não é organizado por matérias, mas como um processo de vida, “uma sucessão de experiências em que cada uma se desenvolve a partir da anterior, permitindo uma contínua reconstrução da experiência” (IDEM).

Esse texto seria retomado em *Educação progressiva*, obra na qual Anísio critica a escola por se haver afastado da vida, “tornando-

³ A obra, pela primeira vez publicada em 1934, encontra-se na sexta edição sob o título: *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola* (TEIXEIRA, 2000).





se um ambiente artificial onde se prepara o espírito para especializações diversas e para uma vida estritamente intelectual” (TEIXEIRA, 2000, p. 75).

Na percepção do educador, as matérias escolares nada mais são do que sistematizações do conhecimento humano em sua forma lógica e abstrata, contrariando assim o desenvolvimento psicológico da criança.

A marcha da criança, em sua educação, atravessa três fases distintas: primeiro, a criança aprende a fazer coisas [...] a caminhar, a falar, a brincar... Em contato com outros, a criança aprende através de experiências alheias que lhe são comunicadas. Aprende por intermédio da informação. [...] E, por último, esses conhecimentos poderão ser enriquecidos, aprofundados, até receberem uma organização lógica, racionalizada e sistemática. A escola mostra desconhecer essa progressão e se atira desde os primeiros tempos à terceira fase. (TEIXEIRA, 2000, p. 76).

A seu ver, a nova pedagogia deveria privilegiar a organização psicológica da criança, de caráter generalista, contrapondo-se à organização lógica do especialista. Sob essas novas bases, o ensino deveria ser ministrado através de *projetos*, em vez de lições. Os projetos não acompanhariam a sequência lógica em que a matéria normalmente é apresentada ao aluno, mas seriam organizados em harmonia com os interesses, tendências e capacidades das crianças. As matérias fluiriam naturalmente, à medida que fossem sendo necessárias, na sequência de cada projeto. Dessa forma, concluí:

A escola deve ter por centro a criança e não os interesses e a ciência do adulto; o programa escolar deve ser organizado em atividades, *unidades de trabalho* ou *projetos*; o ensino deve ser feito em torno da intenção de aprender da criança e não da intenção de ensinar do professor; a criança, na escola, é um ser que age com toda a sua personalidade e não uma inteligência pura, interessada em estudar matemática ou gramática; essas atividades devem ser reais, semelhantes à vida prática, e reconhecidas pelas crianças como próprias. (TEIXEIRA, 2000, p. 90).





Passa-se a entender a razão de inserir no currículo do curso de formação dos professores primários o que Lourenço Filho chamou de *estudos intermediários*, que, na verdade, traduziam-se nas *matérias de ensino*, já desenvolvidas no Teachers College da Universidade de Colúmbia, e que se constituíam na grande inovação implementada no plano de estudos superiores do magistério primário. Tais matérias, estudadas à luz da ciência, articulavam o saber científico da seção de Educação com a prática docente.

Não se tratava apenas de transmitir conhecimentos básicos; por outro lado, não se resumiam a simples métodos, mas tinha-se em vista um processo global pelo qual o conteúdo e a metodologia apresentavam-se inseparáveis, rompendo as fronteiras disciplinares, sendo desenvolvidos sob a forma de projetos, a partir dos interesses do aluno.

Para Anísio Teixeira, a formação de professores assim concebida seria de tal forma *prática* que o eixo central da escola seria os estabelecimentos anexos de ensino primário e a pré-escola, verdadeiros laboratórios de observação, experimentação e aplicação do ensino. Dessa maneira, projetava-se uma escola que fosse realmente um instituto para a formação profissional do mestre, e que, elevada a nível universitário, pudesse mais tarde consagrar-se como centro de pesquisas e de cultura superior na área educacional.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR SECUNDÁRIO

O curso de formação para *professores de ensino secundário e normal* compunha-se de três anos. Os alunos prestavam vestibular para as diversas escolas que constituíam a UDF: *Escola de Ciências*, onde ocorria a formação de professores de Matemática, Física, Química e História Natural; *Escola de Economia e Direito*, onde se formavam professores de História, Geografia e Ciências Sociais; *Escola de Filosofia e Letras*, espaço de formação de professores de Filosofia, Línguas Latinas e Modernas, Literatura; e *Instituto de Artes*, onde estudavam os candidatos ao magistério de Artes e Música.





O programa para a formação do professor secundário compreendia *cursos de conteúdo* (matérias específicas de cada curso, ministradas do ponto de vista da cultura especializada e de sua adequação ao nível do ensino secundário), *curso de fundamentos* (matérias de cultura geral indispensáveis ao professor) e *curso de integração profissional* (estudos de educação propriamente ditos).

Algumas disciplinas que compunham o bloco de *fundamentos* eram comuns a todos os cursos de formação de professores secundários, como Desenho, Línguas Estrangeiras (caráter facultativo), Biologia Educacional e Sociologia Educacional. Além dessas, compunham ainda esse bloco, por serem consideradas necessárias, as que pertenciam a campos disciplinares afins, como, por exemplo, Geografia Humana e Antropologia para o curso de História, ou Psicologia e Estatística para o curso de Ciências Sociais.

Por fim, o bloco de *integração profissional* abarcava conteúdos disciplinares destinados a todos os professores, as chamadas matérias pedagógicas: Introdução ao Ensino, Psicologia Educacional, Filosofia da Educação, Organização e Programas da Escola Secundária e Prática de Ensino Secundário.

Esses cursos eram ministrados nas diversas escolas da UDF, simultânea ou sucessivamente, sendo que algumas disciplinas eram oferecidas, com exclusividade, no Instituto de Educação, agrupadas em duas seções: *Fundamentos de Educação* (Biologia Educacional, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Filosofia da Educação, Introdução ao Ensino) e *Organização e Programas do Ensino Secundário e Prática de Ensino*⁴.

A análise da revista *Arquivos do Instituto de Educação* de março de 1937 fornece uma ideia aproximada dos programas das disciplinas que compunham a seção de *Fundamentos da Educação*,

⁴ Conforme artigos 12, 13, 14, 15 e 16 das Instruções nº 1, de 12 de junho de 1935.





indicando a prevalência dos conteúdos de Biologia Educacional e Psicologia Educacional sobre as demais.

Subdividido em 28 itens, o programa de Biologia Educacional contemplava assuntos que abrangiam desde características gerais dos seres vivos, funções orgânicas, adaptabilidade, influências ambientais, noções de eugenia, crescimento, desenvolvimento, até conhecimentos mais técnicos sobre biometria, antropometria, psicometria, aferição de idade e níveis mentais e do quociente intelectual, dados objetivos que permitiam adaptar a educação às diferenças individuais, através da seleção de alunos para formação de classes mais homogêneas.

Um dos pré-requisitos exigidos pelo professor José Paranhos Fontenelle, chefe da Seção de Biologia, era o conhecimento, por parte dos alunos, dos métodos estatísticos para que pudessem entender as “modernas pesquisas feitas no campo da Biologia Educacional” (*ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO*, 1937, p. 295). Outro pré-requisito dizia respeito ao domínio de, pelo menos, dois ou três idiomas estrangeiros, uma vez que a extensa bibliografia recomendada para o curso incluía leituras em inglês e francês, como, por exemplo, *Educational biology*, de Johnson, *La croissance*, de Dufestel, e *La croissance pendant l’âgescolaire*, de Godin, além do *Método estatístico em biologia e educação*, do próprio Fontenelle.

O programa de Biologia Educacional tinha por objetivos “fundamentar o estudo da Psicologia e Sociologia Educacional, bem como servir de base à educação sanitária das crianças e jovens” (*idem, ibidem*). Nessa estratégia pedagógica, o campo médico higienista prescreve uma série de ações que deveriam ser realizadas a partir da instituição escolar, enquanto a *educação eugênica* propunha-se divulgar teorias deterministas que objetivavam a *regeneração racial* da população brasileira (CORRÊA, 1998).

Percebe-se então a importância da inclusão dessas questões no programa de Biologia Educacional, já que o estudo da biografia





do indivíduo e de seus antepassados, suas doenças e tendências, condições ambientais, hábitos alimentares etc. serviam para ajudar a estabelecer o perfil psicológico de cada um e ajudavam a decidir sobre os métodos mais eficazes para a aprendizagem escolar.

Na condição de professor-chefe de Psicologia Educacional, o professor Lourenço Filho enunciava como objetivos básicos de sua disciplina: “habilitar o aluno a intervir na aprendizagem pela análise de suas condições e verificação de seus efeitos”, além de levá-lo a “observar e compreender as diferenças individuais de comportamento que mais influenciam a aprendizagem” (*Arquivos do Instituto de Educação*, 1937, p. 301). As noções de Biologia, de Psicologia Geral e de Estatística aplicada à Biologia e à Educação eram consideradas necessárias ao estudo da matéria, bem como o domínio de línguas estrangeiras.

O programa, bastante extenso, se desenvolvia em três partes: Psicologia da Adolescência, Psicologia da Aprendizagem e Noções de Psicologia Diferencial, cada qual com diversos subitens. Dava-se especial destaque ao conceito científico da aprendizagem, às questões pertinentes ao rendimento escolar, tais como índices e curvas de economia e eficiência, e, sobretudo, aos testes psicológicos e de aptidões, sempre tendo em vista a necessidade de homogeneizar as classes escolares.

Dentre os livros adotados, figuram os seguintes clássicos: *Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers*, de Claparède; *A prática dos testes mentais*, de Decroly; *Los reflexos condicionados*, de Pavlov; e *Testes para a medida do desenvolvimento mental*, de Binet-Simon.

A exuberância e o ecletismo do programa de Psicologia Educacional contrastavam com a concisão do programa de Sociologia Educacional que, organizado pelo professor Delgado de Carvalho (*ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO*, 1937, p. 305), propunha o desenvolvimento de seis itens: a) Noções de organização social: o indivíduo na coletividade e os tipos de grupos; b) Valores sociais; c) Valor social do conhecimento; d) Estudo da





população escolar; e) Noção de *processo social*; f) Estudo do *ajustamento social*.

Alegando ser restrita a literatura sociológica em língua nacional, Delgado de Carvalho recomenda que os “alunos se limitem, por enquanto, a artigos de revista de educação que tratam esporadicamente dos assuntos” (IDEM, p. 308).

O programa de Filosofia da Educação, cujo primeiro professor fora Anísio Teixeira, desdobrava-se em 10 itens: a) A educação como processo geral da vida social; b) A profissão de educar: o professor, suas qualidades, sua função social; c) Necessidade da formação filosófica do professor; d) A educação e a vida; e) Educação e aprendizagem; f) Os fins e os meios da educação; g) Experiência, vida e educação; h) A educação como reconstrução da experiência; i) O problema da liberdade e autoridade em educação; j) Educação e democracia.

Entre os livros aconselhados para leitura e pesquisa, destacam-se as obras de John Dewey – *Como pensamos, Democracia e educação, Vida e educação* – e de Kilpatrick – *Educação para uma civilização em mudança, Source book in the philosophy of education* –, além de *Educação progressiva*, de Anísio Teixeira.

Em consulta ao Arquivo Anísio Teixeira (CPDOC/FGV) foram encontradas algumas anotações e planos de aula do educador⁵. A esse respeito, vale a pena transcrever o roteiro do planejamento de uma aula cujo título era “Disciplina e liberdade”.

Ao abordar esse tema, Anísio trabalha com a diferença entre *educação* – “processo de libertar a inteligência, aumentando a capacidade individual de compreender, julgar e fazer” – e *treino* – “processo de modelar o indivíduo de acordo com fins preconcebidos” para questionar até que ponto a legitimidade do treino deve ser

⁵ Fazem parte desse acervo os seguintes manuscritos, muitos dos quais ilegíveis: *Disciplina e liberdade, Sociedade e educação, O processo educativo e o processo do pensamento, A educação e o espírito moderno, Sentido e finalidade da filosofia da educação, Educação, experiência e vida, Educação como reconstrução da experiência* (Arquivo Anísio Teixeira. AT pi I.E. 1932.00.00. CPDOC/FGV). Encontra-se ainda, em outro conjunto de textos, o manuscrito sobre *Escola e a sociedade* (TEIXEIRA, s.d.c).





reconhecida em educação. Outra questão levantada é a que se refere à autoridade em relação à *educação* e ao *treino*, em face de “regimes democráticos, oligárquicos ou autoritários”.

Diante da teoria que preconiza respeito pela personalidade individual, indaga o educador: “Como conseguir disciplina sem uso ilícito da autoridade?”, para em seguida estabelecer a distinção entre *autoridade externa* – a do sistema escolar –, que conceitua como “obediência a uma ordem de coisas estabelecidas, sem participação integral nos seus fins e causas”, e *autoridade interna* – que se verifica na classe –, ou seja, “a iniciativa disciplinada fundada na responsabilidade consciente para com os fins propostos, entendidos e aceitos”.

De maneira geral, os processos de trabalho expostos nos programas de ensino previam para as disciplinas teóricas atividades que envolvessem leituras e pesquisas bibliográficas, discussões, debates, inquéritos e seminários.

No tocante à disciplina Organização e Prática do Ensino Secundário, havia a preocupação de ministrar aos futuros professores os princípios de ordem geral referentes à organização e finalidades do ensino secundário, como também conduzi-los a exercitar esses princípios na prática real do ensino que era realizada na escola secundária do Instituto de Educação. Por essa razão, o curso compreendia duas partes distintas, embora correlacionadas: uma mais geral, de *organização*, e outra de ordem *prática*.

Nas aulas de prática de ensino secundário os alunos das várias unidades da UDF distribuíam-se em grupos, de acordo com seu curso específico⁶. As aulas de prática de cada grupo eram dirigidas por professores da escola secundária, geralmente o professor-chefe da disciplina, num total de quatro horas semanais, compreendendo as preleções do professor, observações da turma,

⁶ No ano de 1937 eram cinco os alunos de Português e Literatura, quatro de Latim, nove de Inglês, 11 de Matemática, 10 de Física, 17 de Química, 18 de História Natural, 10 de Geografia, 14 de História e 12 de Sociologia (Cf. *Organização e Prática do Ensino Secundário* [s.d.]. In: Arquivo UDF - CEMI/ISERJ. Pasta de Programas).





planejamento e experimentação de aulas. Em seguida, procedia-se à discussão e avaliação das observações, dos planos e dos processos didáticos empregados (LOURENÇO FILHO, 1945).

O MODELO “ESCOLA DE EDUCAÇÃO”

A Escola de Educação destacava-se entre as que apresentavam o maior número de alunos, de modo que no ano da criação da UDF, 1935, havia cerca de 530 matriculados em seus diversos cursos, enquanto na Escola de Ciências havia 106 alunos, 54 na Escola de Economia e Direito, 25 na Escola de Filosofia e Letras e 77 no Instituto de Artes⁷.

A falta de espaço físico para instalar todas as Escolas da UDF no prédio do Instituto de Educação, como pretendia Anísio Teixeira, acabou por gerar desentendimentos entre o Secretário de Educação e o Diretor Geral do Instituto, professor Lourenço Filho. Partindo da hipótese de que a Universidade se compunha de um núcleo cultural (Escolas de Ciências, Letras, Economia e Direito) e de um núcleo com caráter mais profissional (Instituto de Educação e Instituto de Artes), Lourenço sugeria o funcionamento das escolas culturais num mesmo local, para aproveitamento de bibliotecas e laboratórios comuns. Já os dois institutos, pela natureza de seus fins e pela necessidade de instituições complementares anexas, deveriam ter localizações à parte. Em sua opinião, a solução para o problema seria manter o Instituto como uma unidade administrativa e técnica, com o objetivo de fornecer licenças docentes através da Escola de Educação, após as licenças culturais obtidas pelos candidatos nas demais Escolas ou Institutos da Universidade⁸.

No entanto, para Anísio, a concepção de formar professores não se restringia à simples preparação didático-metodológica. A concepção da UDF, presente no decreto de criação da Universidade, prevê o Instituto de Educação como *centro de documentação e pesquisa para a formação de uma cultura pedagógica nacional*. O

⁷ Arquivo UDF. Série Corpo Discente. PROEDES/FE/UFRJ.

⁸ Arquivo Lourenço Filho. LF/Inst. Educação, pasta I. CPDOC/FGV.





campo empírico para os estudos de investigação e pesquisa seria constituído pelas instituições complementares da Universidade: Biblioteca Central de Educação, escola-rádio, escola secundária, escola elementar, jardim de infância, escola secundária técnica e escolas experimentais.

A perspectiva de uma pesquisa aplicada, algo que de fato produzisse intervenção no sistema escolar, parecia marcar o projeto da Escola de Educação da UDF. Entretanto, nos anos seguintes, especialmente após o afastamento de Anísio Teixeira do cenário educacional do país, a possibilidade de concretizar essa proposta tornou-se cada vez mais difícil.

As diversas escolas destinadas a formar os professores secundários afastaram-se do projeto inicial e optaram por dar ênfase à formação de especialistas nem sempre comprometidos com questões relativas ao ensino da disciplina, até porque a formação pedagógica distribuída entre o 2º e o 3º ano dos cursos passou a ser oferecida apenas no terceiro ano, aparentemente descolada dos estudos específicos⁹.

Por ocasião dos debates em torno da reforma universitária de 1968, Anísio Teixeira problematizou a questão da formação docente, mediante a defesa de uma Escola de Educação nos moldes universitários, tal como criara no Instituto de Educação do Rio de Janeiro na década de 1930. Dizia ele:

A experiência, embora breve, dessa universidade, marcou o sentido do que é uma escola profissional de educação, destinada à licença do magistério de nível primário, médio e superior e ao preparo de especialistas em educação, cujos graus universitários correspondem ao bacharelado e ao título de licenciado em magistério e em especialização profissional no campo da educação. (TEIXEIRA, 1969, p. 239).

⁹ Em relação à formação do professor secundário, as Instruções nºs 14 e 16, assinadas respectivamente em agosto de 1936 e abril de 1937 pelo Reitor Affonso Penna Junior modificam o currículo dos cursos de formação dos professores secundários, alterando a orientação inicial prevista nas Instruções nº 3, baixadas por Anísio Teixeira em junho de 1935 (Arquivo UDF. Série: Atos administrativos (Instruções). PROEDES/FE/UFRJ).





Comparando esse estabelecimento a uma Escola de Medicina, no sentido de percebê-la como uma escola de ciência e arte – ciência aplicada à prática profissional –, Anísio entendia a Escola de Educação como uma escola de aplicação dos conhecimentos humanos, ao contrário das escolas acadêmicas que buscavam o saber desinteressado. Na verdade, a Escola de Educação não prescinde do saber acadêmico, mas

[...] sua vocação principal é a de *como ensinar, como organizar* o saber para a tarefa de ensino em diferentes níveis e com diferentes objetivos. Daí, ser rigorosamente uma escola profissional superior, à maneira das escolas de medicina, que se utilizam de grande parcela do saber humano para aplicá-lo na arte de curar. (IDEM, p. 242)

Na visão de Anísio, todos os professores deveriam estar acima de tudo, interessados no processo educativo, e não divididos entre especialistas empenhados na pesquisa, muitas vezes estéril, e docentes sobrecarregados com as aulas apenas. A ideia do professor-pesquisador que reflete sobre sua própria prática está presente nas concepções de Anísio sobre o curso de formação de professores, bem como a ideia da pesquisa aplicada, fazendo das ciências a base da reflexão e a alavanca para as mudanças que deveriam ocorrer no campo educacional. Em sua opinião, “no domínio da educação, o campo precípuo ou específico – atelier, laboratório ou oficina – é a sala de aula, onde oficiam os mestres, eles próprios também investigadores, desde o jardim de infância até a universidade” (TEIXEIRA, 1997, p. 203)

A EXTINÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO

A instituição formal do autoritarismo no Brasil com a decretação do Estado Novo, em 1937, forneceu ao Ministro Capanema os recursos políticos necessários para dismantlar o projeto da UDF. Com a saída de Afrânio Peixoto da reitoria da UDF, que ocorre imediatamente após a demissão de Anísio Teixeira da Secretaria de Educação do Distrito Federal (dezembro de 1935), a Universidade vive grave crise.





Após a gestão interina de Francisco Campos e Miguel Osório, Affonso Penna Jr. assumiu a reitoria em março de 1936, permanecendo até o final de 1937, e nesse período a Universidade parece se recuperar de situação tão ameaçadora. Entre janeiro e agosto de 1938, época em que começa a ser articulada a extinção da Universidade, esse cargo passou a ser ocupado por Alceu Amoroso Lima¹⁰.

Através de exposição de motivos endereçada ao presidente Getúlio Vargas em junho de 1938, o Ministro Gustavo Capanema invocava o princípio da disciplina, “essencial ao Estado Novo”, para convencê-lo sobre a necessidade de fechar a Universidade do Distrito Federal. Nesse sentido, observa: “Disciplina significa ordem e clareza; economia e eficiência; simplicidade e rapidez. A disciplina implica num resultado, a saber, o máximo aproveitamento do esforço humano”¹¹.

Segundo o Ministro, a Prefeitura do Distrito Federal mantinha um serviço que extrapolava sua competência: a Universidade do Distrito Federal, onde se ministravam cursos de Filosofia, Ciências, Letras, Economia, Política, Pedagogia que deveriam ser oferecidos pela Universidade do Brasil. Baseando-se nesse argumento, indicava a solução “mais simples, mais certa e mais econômica”: a incorporação dos cursos da UDF à Universidade do Brasil.

Em maio de 1938, a UDF foi reorganizada pelo Decreto Municipal nº 6.215 quando suas Escolas passaram a se chamar Faculdades. A Escola de Educação, responsável pela formação de professores primários e secundários, foi retirada do Instituto de Educação e transformada em Faculdade de Educação, restando ao Instituto as escolas secundária, primária e o jardim de infância. Dessa maneira, ia se desmantelando a estrutura do projeto de formação de professores implementado por Anísio Teixeira em sua passagem pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

¹⁰ Os dados sobre o período de gestão dos referidos Reitores foram obtidos no *Livro de Designações da UDF*. Arquivo UDF- CEMI/ISERJ.

¹¹ Arquivo Gustavo Capanema. GC g 1936.09.18. CPDOC/FGV.





Todavia, a dissolução total da UDF, por representar “um gasto enorme e desnecessário”, uma vez que possuía “cursos mantidos há muito tempo pela Universidade do Brasil”, só aconteceria em janeiro de 1939, através do Decreto-lei nº 1.063, que dispunha sobre a *transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil* (BRASIL, 1939). Triunfava o projeto autoritário que, a bem da ordem, da disciplina, da eficiência e da economia, fazia desaparecer a UDF, passando a Universidade do Brasil a constituir o único aparelho universitário da capital da República, como desejava Capanema.

Pelo artigo 1º do referido decreto-lei foram transferidos para a Universidade do Brasil os estabelecimentos de ensino que compunham a UDF, até então mantida pela Prefeitura do Distrito Federal. Entretanto, o parágrafo único deste artigo discriminava os estabelecimentos que não deveriam ser transferidos, dentre os quais o Instituto de Educação, o Departamento de Artes e Desenho, o Departamento de Música, bem como o Curso de Formação de Professores Primários, o Curso de Orientadores de Ensino Primário, o Curso de Administradores Escolares e os Cursos de Aperfeiçoamento da Faculdade de Educação (Anexo 5).

Os demais cursos que compunham a Faculdade de Educação, a Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências e a Faculdade de Política e Economia foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (artigo 2º). Os professores catedráticos com exercício nos cursos transferidos deveriam ser aproveitados pelo governo federal em cargos da mesma natureza, assim como os alunos regularmente matriculados nestes cursos continuariam normalmente seus estudos na Universidade do Brasil (artigos 4º e 5º)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de formar professores primários em nível universitário foi encerrada com a extinção da UDF e passou a ser realizada no curso normal do Instituto de Educação, em nível





secundário, com duração de três anos após o ginásio. Os professores secundários adquiriram formação específica efetuada em quatro anos na Faculdade Nacional de Filosofia, sendo os três primeiros inteiramente dedicados aos estudos específicos, acrescidos de um quarto ano de complementação pedagógica, ministrada pelo Departamento de Didática. Tal modelo, conhecido como esquema 3 + 1, tornou-se a matriz hegemônica dos cursos que formam docentes para a escola secundária, e até hoje se mantém, com pequenas alterações.

A Reforma Universitária de 1968 atingiu muito especialmente a Faculdade Nacional de Filosofia, a partir da reestruturação do modelo de formação docente em unidades responsáveis por ministrar os “conteúdos específicos”, e da criação da Faculdade de Educação. Conseqüentemente, a formação de professores ficou estruturada em dois espaços distintos: de um lado, os Institutos conferiam o título de bacharel; de outro, a Faculdade de Educação oferecia as disciplinas pedagógicas necessárias à obtenção do diploma de licenciado.

A formação pedagógica desvinculada da formação específica, separando o conteúdo da metodologia, assim como a percepção dicotomizada entre ensino e pesquisa, ainda constituem obstáculos à formação docente realizada por nossas universidades, advindo talvez daí o desprestígio dos cursos de licenciatura e a deterioração cada vez mais profunda da identidade daqueles que se dedicam ao magistério.

A questão da formação docente, em cuja complexidade as universidades se debatem, certamente não será resolvida com a criação de novos espaços, nos quais se evidencia com maior ênfase a separação entre aqueles que produzem o conhecimento e o profissional que domina as técnicas de ensino, mas que não vivencia pela experiência direta a realidade da pesquisa educacional.

A partir dessa realidade, acredita-se que o estudo sobre o modelo docente preconizado pela Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal talvez possa trazer contribuições e





subsídios para ampliar nossa reflexão sobre ideias e práticas que ajudem a pensar a formação de professores, para além do que dispõe a atual legislação vigente no Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A reconstrução educacional no Brasil – Ao Povo e ao Governo.** Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.063, de 19 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União I**, Seção I, 23 jan. 1939, p. 1.826.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade:** a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo: EDUSF, 1998.

CUNHA, Marcos Vinicius da. **John Dewey:** uma filosofia para educadores em sala de aula. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEWEY, John. **Experiência e educação.** Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935.** Institui na Cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do *Jornal do Brasil*, 1935.

DISTRITO FEDERAL. INSTRUÇÕES Nº 1 da UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL baixadas em 12 de junho de 1935. Arquivo UDF/ PROEDES/UFRJ.

DISTRITO FEDERAL. ARQUIVOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, v. 1, n. 3, mar. 1937.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 6.215 de 21 de maio de 1938. Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. **Boletim da Prefeitura do Distrito Federal**, ano LXXVI, p. 22-47, abr./jun. 1938.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade do Distrito Federal: uma utopia vetada. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 123, p. 69-73, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A Universidade do Distrito Federal (1935-39): centro de estudos e produção do saber. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS,





4., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998. p. 121-131.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A UDF, sua vocação política e científica: um legado para se pensar a universidade hoje. **Proposições**, Campinas/SP, v. 15, n. 3 (45), p. 143-162, set./dez. 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres**: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-39). Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

LOURENÇO FILHO, Manoel. B. A Escola de Professores do Instituto de Educação – notícia histórica. **Arquivos do Instituto de Educação**, v. I n. 1, p. 15-26, jun. 1934.

LOURENÇO FILHO, Manoel. B. Prática de ensino. **Arquivos do Instituto de Educação**, v. II, n. 1, p. 32-42, dez. 1945.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José (Org.) **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ; CNPq, 2005. p. 17-62.

PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

PAIM, Antonio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.) **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 17-96.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982.

SCHEIBE, Leda; AGUIAR, Márcia Ângela. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, ano XX, n. 68, p. 220-238, set. 1999.

TEIXEIRA, Anísio. Como ajustar os cursos de matérias na escola normal com os cursos de prática de ensino. **Boletim de Educação Pública**, Distrito Federal, n. 3, jul./dez. 1934.





TEIXEIRA, Anísio. Escola de Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 51, n. 114, p. 239-259, abr. jun. 1969.

TEIXEIRA, Anísio. Ciência e arte de educar. *In*: BRANDÃO, Zaia; MENDONÇA, Ana Waleska. **Por que não lemos Anísio Teixeira?** Rio de Janeiro: Ravil, 1997. p. 197-211.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Orientação aos professores do Instituto de Educação para o preparo de programas**, [s.d.a]. *In*: Arquivo Anísio Teixeira. AT pi 1932.00.00. CPDOC/FGV.

TEIXEIRA, Anísio. **Alguns aspectos da teoria de Dewey**, [s.d.b]. *In*: Arquivo Anísio Teixeira. AT pi 27 / 36.00.00 / 3. CPDOC/FGV.

TEIXEIRA, Anísio. **Escola e sociedade**, [s.d.c]. *In*: Arquivo Anísio Teixeira. AT pi 32.11.16. CPDOC/FGV.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

Artigo recebido em: 26 de março de 2020

Aceito para publicação em: 28 de abril de 2020

